

PROGRAMA SEGUNDO TEMPO NO AGRESTE DE PERNAMBUCO: UMA EXPERIÊNCIA INTERINSTITUCIONAL E INTERDISCIPLINAR

Ana Rita Lorenzini
Ana Lúcia Félix dos Santos

RESUMO

Tendo como objeto de estudo, o Programa Segundo Tempo (PST), o presente estudo busca apresentar as particularidades com que se reveste a experiência desse Programa no agreste pernambucano, especialmente por esta ter como particularidade a interinstitucionalidade e a interdisciplinaridade. Para tanto, apresenta dados sobre a realidade analisada e problematiza os princípios filosóficos e metodológicos que embasam suas ações pedagógicas. Por fim, discute os avanços e os limites de um programa de ação cuja estrutura é redefinida em acordo com o desenho político social do espaço social em que a mesma se concretiza.

Palavras-Chave: Programa Segundo Tempo. Programa de ação. Interinstitucionalidade. Interdisciplinaridade.

ABSTRACT

Taking the Program Second Time (PST) under consideration, the present study aims to put in evidence particularities which cover the experience of this Program in the rural area of Pernambuco, mainly because it has the inter-institutionalism and inter-disciplinarily as a particular aspect. For so much, it presents some data on the analyzed reality and put in doubt the philosophical and methodological principles that base its pedagogical actions. Finally, it argues the advances and the limits of an action program whose structure is redefined in agreement with the local space social political drawing where it occurs.

Key-words: Program Second Time. Action program. Inter-institutionalism. Inter-disciplinarily

RESUMEN

El Programa Segundo Tiempo (PST) tiene como objetivo buscar y presentar las particularidades a que se destina la experiencia de este Programa en el agreste Pernambucano, especialmente por esta región tener la particularidad entre instituciones e interdisciplinariedad. Para ambos, presenta datos sobre la realidad examinada y problematiza los principios filosóficos y metodológicos basadas en sus acciones pedagógicas. Finalmente, discute los avances y los límites de un programa de acción cuya estructura es restablecida de acuerdo con el diseño político social del área local en que la misma se concretiza.

Palabras-llave: Programa Segundo Tiempo. Programa de acción. Interdisciplinariedad. Entre instituciones.

INTRODUÇÃO

Do conjunto das políticas públicas para o esporte na escola, proposta e coordenada pelo Ministério dos Esportes (ME), encontra-se o Programa Segundo Tempo (PST), cujo objetivo consiste em democratizar o acesso à prática e à cultura esportiva, por meio de atividades oferecidas no contra-turno escolar. Segundo os documentos oficiais, esse Programa tem como principal finalidade de colaborar para a inclusão social, bem-estar físico, promoção da saúde e desenvolvimento intelectual e humano, e assegurar o exercício da cidadania de crianças e jovens em idade escolar, tendo com enfoque principal o esporte educacional.

Seguindo essa premissa, podemos inferir que esse Programa se insere no conjunto de ações que podem ser chamadas de políticas sociais, entendidas como aquelas que “se referem a ações que determinam o padrão de proteção social implementado pelo Estado, voltadas, em princípio, para a redistribuição dos benefícios sociais visando a diminuição das desigualdades estruturais produzidas pelo desenvolvimento socioeconômico (HOFLING, 2001, p. 31).

Aqui partimos do pressuposto de que os contornos de uma política são sempre suscetíveis de serem postos em questão através de um processo de redefinição da sua estrutura e de que esse processo de redefinição acompanha o desenho político-social do espaço concreto em que tal política vai ser posta em ação. Assim, consideramos que o PST vai adquirindo diferentes contornos de acordo com o espaço social em que o mesmo é implementado.

Nesse contexto, o presente estudo busca apresentar as particularidades com que se reveste a experiência do PST no agreste pernambucano, especialmente por esta ter como particularidade a interinstitucionalidade e a interdisciplinaridade, conforme apresentaremos mais adiante.

1. O PST NO AGRESTE PERNAMBUCANO

O PST no Agreste de Pernambuco está inserido numa região marcada por desigualdades regionais e sócio-econômicas no desenvolvimento de seu território. Apresenta, ao norte da região, uma realidade econômica e social próspera; já ao sul, há uma grave situação de pobreza, onde se concentram 11 dos 13 municípios de menor Índice de Desenvolvimento Humano do Estado. Além disso, mais de 70% dos municípios da Região Nordeste do Brasil apresentam quadro de exclusão social. A mesorregião do Agreste Pernambucano é uma das cinco mesorregiões do estado Pernambuco, estendendo-se por uma área aproximada de 24 400 km², inserida entre a Zona da Mata e o Sertão. Representa 24,7% do território pernambucano e conta com uma população de cerca de 1.800.000 habitantes (25% da população do Estado). É subdividido em seis microrregiões: Vale do Ipanema, Vale do Ipojuca, Alto Capibaribe, Garanhuns, Brejo Pernambucano e Médio Capibaribe. Suas principais cidades são: Caruaru, Garanhuns, Santa Cruz do Capibaribe, Gravatá, Belo Jardim e Pesqueira nesta mesma ordem em números de habitantes segundo o censo do 2007 IBGE. Caracteriza-se por uma economia diversificada, com o cultivo de lavouras como milho, feijão, mandioca, entre outras, e pecuária leiteira e de corte. Há de se considerar, ainda, que mais de 70% dos municípios da Região Nordeste do Brasil apresentam quadro de exclusão social.

A experiência aqui apresentada se materializou a partir da realização de dois convênios (C1 e C2)¹ firmados entre o Ministério do Esporte (ME) e a Associação Caruaruense de Ensino Superior (ASCES), com sede no município de Caruaru/PE. Foram atendidos mais de 7.800 (sete mil e oitocentos) crianças e jovens, três vezes por semana, com atividades esportivas e culturais, relacionadas à saúde e reforço escolar, bem como, receberam, diariamente, reforço alimentar.

Os convênios estiveram vigentes no período de 1º de outubro de 2005 a 29 de dezembro de 2007, tendo como problemática de ação a seguinte questão: o que e como fazer para atender aos alunos de escolas públicas na busca do exercício da cidadania?

Em princípio, no convênio C1, eram 2.850 alunos participantes, distribuídos em cinco municípios – Brejo da Madre de Deus, Caruaru, Cupira, Panelas e São Caetano. Porém, os bons resultados do programa levaram não apenas à renovação do convênio, mas a ampliação do número de municípios, que agora somam onze com a entrada de Agrestina, Altinho, Bezerros, Cumaru, Garanhuns e Riacho das Almas, passando a atender 4.882 alunos. O Programa atendeu no último ano a vinte e um (21) núcleos², em onze (11) municípios, conforme podemos ver no Quadro 1.

QUADRO 01

Municípios e Alunos Atendidos no Programa Segundo Tempo

Cidades	Núcleos	Nº alunos no C1	Nº de alunos C2	Total
Agrestina	01		313	313
Altinho	01		300	300
Bezerros	01		349	349
Brejo da Madre de Deus	01	210	210	420
Caruaru	10	1951	2038	3989
Cumaru	01		338	338
Cupira	01	200	205	405
Garanhuns	01		202	202
Panelas	01	209	207	416
Riacho das Almas	01		298	298
São Caetano	02	427	422	849
Total geral	21	2997	4882	7879

Uma característica diferenciada do Programa é sua organização interinstitucional e seu caráter interdisciplinar. A ASCES fez parceria com duas importantes instituições de ensino superior da região: a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Caruaru (FAFICA) e o Centro Acadêmico do Agreste da Universidade Federal de Pernambuco (CAA/UFPE). Nesta configuração, podemos identificar a equipe gestora, conforme quadro 02:

¹ Referimo-nos aos convênios de nº 135/2005 e de nº 390/2006, firmados entre o Ministério do Esporte - ME e a Associação Caruaruense de Ensino Superior - ASCES para a implementação do PST no Agreste de Pernambuco.

² Na linguagem técnica do Programa, o núcleo é a unidade básica de atendimento ao público-alvo do PST. Os núcleos são destinados à prática esportiva e às atividades culturais relacionadas à saúde e reforço escolar dos participantes do programa, mediante programação de atividades a serem desenvolvidas no contra-turno escolar, sob orientação de professores e estagiários devidamente habilitados e capacitados para a função.

QUADRO 02
Atuação da Equipe Gestora no Programa 2º Tempo - ASCES

Instituições	ASCES	FAFICA	CAA/UFPE
Coordenação geral	01		
Coordenador Financeiro	01		
Apoio de gestão	01		
Pregoeiro e licitantes	03		
Orientadores pedagógicos	04	02	01

Observação: 15 Coordenadores de núcleo atuaram na coordenação técnico-pedagógica do Convênio 135/2005 e 21 no Convênio 390/2006, ou seja, 36 ao todo.

Os estagiários pertenciam aos diferentes cursos de graduação oferecidos pelas instituições de ensino superior parceiras dos convênios, quais sejam: Educação Física, Direito, Enfermagem, Biomedicina e Fisioterapia (ASCES), Letras, Pedagogia, História e Ciências Sociais (FAFICA) e Pedagogia (UFPE). Na composição de cada núcleo, atuaram 04 estagiários para cada 200 alunos ou 06 para cada 300 alunos. Os estagiários ofereceram apoio à realização de atividades complementares tais como: reforço escolar, educação para a saúde, atividades culturais e exercício à cidadania. Foram garantidos, no mínimo, 50% dos estagiários para atividades esportivas, sendo estes estudantes de graduação regularmente matriculados no curso de Educação Física da ASCES, conforme podemos ver no quadro 03.

QUADRO 03
Atuação dos Estagiários no Programa 2º Tempo - ASCES

C1	C2	TOTAL
30 Estagiários de Educação Física	54 Estagiários de Educação Física	84
04 Estagiários de Biomedicina	03 Estagiários de Biomedicina	07
05 Estagiários de Fisioterapia	09 Estagiários de Fisioterapia	14
06 Estagiários de Direito	07 Estagiários de Direito	13
	01 Estagiário de Enfermagem	01
15 Estagiários de Pedagogia, Letras, História e Ciências Sociais	18 Monitores de Pedagogia, Letras e Ciências Sociais.	33
TOTAL GERAL		152

Para os estagiários e suas respectivas instituições de educação superior, o PST se constituiu em atividade de educação, extensão universitária e de pesquisa. Os sujeitos envolvidos refletiram sobre campos interdisciplinares de estudo e de intervenção em prol do Programa, orientando as diversas atividades desenvolvidas em torno da prática educativa e do Fenômeno Esporte e, neste, as contribuições do esporte educacional para o Agreste de Pernambuco. Foram priorizadas ações relacionadas com a ludicidade e com a interdisciplinaridade em prol do exercício da cidadania e da inclusão social dos alunos da escola pública.

O princípio da interinstitucionalidade possibilitou que as instituições parceiras pudessem trabalhar de forma mais consciente quanto a sua responsabilidade social e mais próxima dos problemas sociais circundantes na região. Essa organização possibilitou a implementação de uma prática educativa com compromisso social, agregando o conceito de engajamento social ao PST e incorporando a extensão universitária como elemento constitutivo do fazer universitário. Afinal, concordamos

com Santos (2005) quando este afirma que a legitimidade da universidade só será cumprida quando as atividades de extensão se aprofundarem tanto que desapareçam enquanto tais e passem a ser parte integrante das atividades de investigação e de ensino.

2. PRINCÍPIOS QUE EMBASAM AS AÇÕES PEDAGÓGICAS NO PST

Enquanto um programa de ação de cobertura nacional, o PST é pautado por princípios e por orientações pedagógicas que buscam imprimir ao mesmo um caráter homogêneo nacionalmente. Nesse item, problematizaremos esses princípios e essas orientações pedagógicas com vistas a inserir no mesmo as particularidades da experiência realizada no agreste pernambucano.

Inicialmente é necessário lembrar que o PST se propõe a oferecer às crianças e jovens o acesso à atividades esportivas e lúdicas. Mas é bom ressaltar que se trata de uma particularidade do fenômeno esporte: o chamado Esporte Educacional, que segundo orientação provisória do Ministério do Esporte,

... o esporte é educacional quando efetiva a participação voluntária e responsável da população, concretizando a auto-organização e a autodeterminação com práticas que não comprometem o caráter genuinamente nacional e popular. Deve promover o desenvolvimento da Cultura Corporal nacional, cultivar e incrementar atividades que satisfaçam às necessidades lúdicas, estéticas, artísticas, combativas e competitivas do povo, tendo como prioridade educá-lo em níveis mais elevados de conhecimento e de ação que se reflitam na criação de possibilidades de solução dos problemas sociais que, no momento, impedem o progresso social (MINISTÉRIO DO ESPORTE, 2006, p. 11).

Borges & Buonicole (2007), ao retrair a memória do esporte educacional brasileiro voltado para jovens do ensino médio e universitário, argumenta que:

Quando se fala em esporte educacional, não se pode deixar de enxergar a Educação como um bem cultural, sendo muito mais que simples deslocamentos pelo espaço, saltando, nadando e batendo recordes. É produção de cultura em seu sentido mais amplo. É processo de produção de consciência saudável, onde os jovens competem, sim, mas aprendem a jogar com os outros, e não contra outros... (p. 13).

Assis de Oliveira (2001) vem afirmando em seus estudos que não existe um esporte “em si” essencialmente bom. O autor compreende que a possibilidade libertária (construtora de paz, de inclusão e de transformação) do esporte está na consideração do seu “em sendo”, que permite refletir sobre sua condição de expressão e representação de uma formação social que se sustenta na competição, no rendimento, na sobrepujança e na comparação. Assim, remete-nos a pensar que a possibilidade real de uma prática esportiva educacional repousa no aparato metodológico que embasa as práticas pedagógicas em ação. O “em sendo” pode ser traduzido por: depende da forma como o esporte é tratado, como é pedagogizado, como chega à escola. Mas o esporte

essencialmente bom (em si) chega à escola e nas práticas sociais a partir de um discurso legitimador que argumenta: esporte é saúde, esporte é confraternização, esporte é educação. E é necessário relativizar essas verdades e compreender que elas servem para legitimar o esporte em diferentes espaços.

Valter Bracht (1992), ajuda-nos a compreender como o discurso legitimador do esporte chega à sociedade em geral, conseguindo apoio político e econômico. Para ele, isso acontece porque o esporte é uma atividade de fácil compreensão, o resultado é imprevisível, mas é anunciado imediatamente após o encerramento do evento; o esporte é um fenômeno que possui elementos de tensão, adequando-se aos meios de comunicação e à indústria cultural do entretenimento; também possibilita a identificação com um coletivo e cria um mundo dentro do mundo, permitindo efeitos compensatórios em relação à realidade adversa; permite a comparação através das medidas, fornecendo uma dimensão política ao mecanismo de identificação coletiva. Ou seja, sucessos esportivos fornecem prestígio nacional e o atleta é elevado à figura de representação nacional. Além disso, o esporte não possui função de conhecimento. Do jeito como é tratado, não possui uma linguagem criadora de significados, não produz o novo. Não duvidamos de que o esporte educa, mas reafirmamos que a prática educativa esta eivada do componente teleológico, ou seja, ela traça um alvo e tece estratégias para alcançar esse alvo. De forma que devemos sempre nos questionar: onde queremos chegar com a nossa prática educativa? Que tipo de homem queremos formar? Para que tipo sociedade? Como o esporte participa dessa formação?

No Coletivo de Autores (1992), busca-se orientação num projeto que visa à transformação social por meio da elevação dos níveis de conhecimento e da intervenção sobre a realidade, sendo esta contextualizada, relacionada ao cotidiano, com sentidos e significados. Assim,

o esporte, como prática social que institucionaliza temas lúdicos da cultura corporal, se projeta numa dimensão complexa de fenômeno que envolve códigos, sentidos e significados da sociedade que o cria e pratica (idem, p. 70).

Esses autores apontam a necessidade de que um programa de esportes na escola deva ser desenvolvido na perspectiva da evolução dos jogos, desde o jogo com regras implícitas, do ato criativo, até o jogo institucionalizado com regras específicas. O reconhecimento da importância do esporte institucionalizado, com suas regras, técnicas e táticas, é importante para a formação do aluno, mas não pode ficar só nisso.

Assim, compreendemos que o esporte, ao entrar na escola, deve sofrer modificações didático-pedagógicas (KUNZ, 1994), pois além de favorecer o condicionamento físico e levar ao aprendizado de regras, táticas e técnicas, o esporte também deve possibilitar ao aluno o questionamento, a mudança e a transgressão intencional das regras.

Considerando a Educação Física como uma prática social e uma disciplina na escola, e considerando o esporte em sua dimensão educativa no contexto de uma educação para formação emancipatória do homem, concordamos que na escola, assim como nos núcleos do PST, o esporte deve ser tratado como propõe Assis de Oliveira (2005). De forma que, se faz necessário explicitar os princípios que embasam a prática em questão.

2.1 Princípios filosóficos e sócio-educativos

No convênio C1, buscou-se contribuir com o processo de formação permanente da cidadania, sendo esta referenciada em princípios filosóficos e sócio-educativos da educação e do esporte, priorizando a ludicidade e a interdisciplinaridade. Em 2005/2006, o Programa Segundo Tempo resgatou a contribuição de Barbieri e Bittar e colaboradores (1996) ao orientar o trabalho em cada núcleo com princípios filosóficos para as atividades esportivas e culturais relacionadas à saúde, partindo dos seguintes princípios: totalidade (fortalecimento da unidade do ser humano); co-educação (relação educador/aluno como encontro de dois educadores); participação; regionalismo (respeito e valorização das raízes culturais); cooperação e emancipação.

Com a renovação de convênio, foram incorporadas as contribuições que vêm sendo discutidas no âmbito do Ministério do Esporte, as quais evidenciam uma concepção que busca ser crítica. Em 2006, mediante material institucional produzido para subsidiar a II Conferência Nacional do Esporte, o referido Ministério enfatizou que, para atribuir um sentido sócio-educativo ao esporte, é preciso espelhar objetivos educacionais nos princípios da cidadania, da diversidade, da inclusão social e da democracia. Esses princípios representam valores, hábitos e atitudes possíveis de serem formados por meio da prática do esporte, dentre outras, na emergência da Política Nacional do Esporte.

No âmbito da Educação Física, área acadêmica que também estuda e investiga o Esporte, os princípios supracitados aproximam-se da abordagem dialética da área, considerada por Gamboa (2005) como uma das tendências das pesquisas, como uma teoria que ajuda a compreender as teorias pedagógicas e como epistemologia que revela a práxis como síntese e contradição entre a teoria e a prática. A Dialética vem sendo utilizada nas ciências naturais e nas ciências humano-sociais e se define a partir da concepção dinâmica da realidade e da compreensão histórica das contradições dos fenômenos e das suas fases de desenvolvimento.

2.2 Princípios pedagógicos: a interdisciplinaridade e a ludicidade

Em sua dimensão pedagógica, o PST do Agreste de Pernambuco buscou o diálogo junto ao conjunto de educadores profissionais, estagiários e alunos de escolas públicas, numa discussão sobre o Esporte e suas relações com outras atividades relacionadas à saúde, à educação, ao lazer. Como princípios pedagógicos básicos, buscou-se privilegiar a ludicidade e a interdisciplinaridade.

Pedagogicamente, buscamos a elevação dos níveis de conhecimento sobre os diversos ramos da cultura trabalhada e da conscientização relacionada à realidade social. Assim, no âmbito da saúde, foram priorizadas atividades que contribuíssem com a melhoria da qualidade de vida dos sujeitos, entendendo a saúde como um direito fundamental para a vida e o exercício da cidadania; no âmbito do lazer, a prioridade esteve nas atividades lúdicas voltadas à educação para o lazer e pelo lazer. O tempo pedagógico foi organizado com aulas, oficinas, festivais e diversões atendendo aos interesses e necessidades sociais do alunado de forma coletiva.

Há de se considerar que o termo interdisciplinaridade ainda não possui um sentido epistemológico satisfatoriamente definido. Reportando às idéias de Fazenda (1998), a interdisciplinaridade implica numa intensa troca entre diferentes especialistas, visando uma integração real entre as áreas de conhecimento num projeto específico de ação. Em termos gerais, podemos dizer que a interdisciplinaridade se sustenta no projeto de compreender o mundo e a sociedade a partir da totalidade, ou seja, o mundo não é um quebra-cabeça. Daí a necessidade de estabelecer uma interação entre duas ou mais áreas do conhecimento

(na escola, são as disciplinas curriculares) para o entendimento de um fenômeno. Ou seja, o ensino baseado na interdisciplinaridade proporciona uma aprendizagem muito mais estruturada e rica, pois os conceitos são organizados em torno de unidades mais globais, de estruturas conceituais e metodológicas compartilhadas por várias disciplinas.

Organizar uma intervenção pedagógica a partir de um princípio interdisciplinar pressupõe uma concepção de conhecimento que propõe um enfoque relacional e globalizado. Trata-se de um enfoque diferente da desarticulação disciplinar que se estabeleceu no interior do conhecimento científico a partir da modernidade e aportou nas salas de aula materializado na especialização dos saberes das diversas ciências em forma de disciplinas curriculares – ou seja, estudar as partes para entender o todo.

Essa é uma discussão que remete ao problema epistemológico sobre a preponderância e autonomia dos campos de saber. Ao propormos uma perspectiva interdisciplinar (...) não se trata de desprezar o saber acumulado por cada área (...). Mas, pensar a investigação dos diversos problemas submetidos a estudo, a partir da diversidade de olhares que se interpenetram e se complementam, construídos pelos diversos campos. O desafio é, portanto, verticalizar o tratamento dado ao conhecimento, buscando o seu aprofundamento, e, ao mesmo tempo, horizontalizar a investigação, ampliando a sua perspectiva de compreensão. (FERREIRA, 2004).

A interdisciplinaridade depende, então, basicamente, de uma mudança de atitude perante o problema do conhecimento, da substituição de uma concepção fragmentária pela unitária do ser humano (Fazenda, 1998).

Num processo interacionista, os atores envolvidos compreendem que o conhecimento não “vem de cima”, e que todos, estagiários, coordenadores, orientadores e alunos se educam juntos. Trabalhar interdisciplinarmente supõe uma atitude que nos ajuda a encarar o drama da incerteza e da insegurança. Possibilita-nos darmos um passo no processo de libertação do mito do porto seguro.

Ao se conhecer as determinações da construção histórica da sociedade brasileira e o estágio em que ela se encontra, buscamos trabalhar o esporte na perspectiva da ampliação das oportunidades de conhecimentos e com vivências pedagógicas voltadas para a inclusão social e a cidadania, o que inclui as aulas de reforço, as aulas sobre saúde, sobre os direitos sociais, as oficinas, os festivais etc.

O princípio da ludicidade, na dimensão pedagógica, buscou subsídios nas obras de Huizinga (1980), Brhuns (1993), Falcão (2002), dentre outros. Falcão (2002) considera que o entendimento da ludicidade se situa num campo de domínio subjetivo e íntimo, o que impossibilita uma explicação racional das suas formas de manifestação: de alegria, de prazer, de divertimento, de agrado... É um processo interior que brota de dentro para fora, apesar de a ludicidade ser influenciada e estimulada por agentes externos para se concretizar. Implica em emoção, criatividade, sensibilidade, vivência... Fatores importantes numa pedagogia que considera o indivíduo e o conhecimento em sua totalidade.

Huizinga (1980) identifica o lúdico em diferentes esferas da vida social, considerando-o como jogo, atividade livre, não séria, absorvente para o jogador, desligada de interesses materiais e praticada de acordo com regras que geram ordem num certo espaço e tempo relacionado ao divertimento. Esse autor afirma que a ludicidade abrange tanto os jogos infantis como a recreação, as competições, as

representações litúrgicas e teatrais e o jogo de azar. Aparece em todas as culturas e épocas sob a forma de jogo, de festa, manifestação de uma dada cultura. O lúdico é compreendido como fator cultural de vida e em seus aspectos de luta para alguma coisa.

Assim como a interdisciplinaridade, a ludicidade é um princípio difícil de ser descrito e de ser teorizado. Isso porque, por exemplo, Santin (1994) considera que a ludicidade é uma ação vivida e sentida, não podendo ser definida pelas palavras, mas compreendida pela fruição. Os atos lúdicos são povoados pela fantasia, pela imaginação e pelos sonhos que se constroem como labirinto de teias tecidas com materiais simbólicos. Portanto, não existem brinquedos ou atividades que “magicamente” carreguem consigo a ludicidade embutida. Huizinga (1980) entende que a realização do lúdico se dá no jogo, cuja essência é o divertimento, prazer, alegria, agrado; um fim em si mesmo, propiciando a eliminação da vida cotidiana, o predomínio da alegria e as combinações de regras com liberdade.

Marcellino (1997) versa sobre o lúdico enquanto manifestação abrangente, como um componente da cultura historicamente situada, percebendo a atividade lúdica no jogo, na brincadeira, no brinquedo, ações praticadas com prazer e sem caráter de produção material. Nesse sentido, procurou-se pautar o Programa nesse entendimento de que, para se construir planos, programas, projetos e atividades de forma interdisciplinar, era preciso considerar a ludicidade (fluidez e prazer) como elemento fundamental. Ou seja, buscava-se imprimir elementos lúdicos para que as crianças pudessem participar com alegria e agrado e para que pudessem construir juntas o seu processo de aprendizagem.

No âmbito das concepções e princípios orientadores da ação educativa, as instituições e sujeitos envolvidos visualizam a educação enquanto meio para construção humana do sujeito, cujo processo se circunscreve na busca da vocação ontológica de “ser mais” do ser humano (FREIRE, 1996); uma educação que possibilita a percepção da condição inconclusa do ser humano por parte dos educadores e dos educandos; educação fundada no respeito aos conhecimentos construídos e saberes já elaborados pelos alunos na busca permanente de desenvolvimento da ação educativa numa perspectiva coletiva.

2.3 Princípios metodológicos para problematização da realidade

No âmbito do Programa Segundo Tempo, os educadores orientam suas atividades de ensino por um tratamento metodológico que considera a prática social do educando, considerando o conhecimento socialmente construído e problematizando-o de modo a transformá-lo continuamente no sentido da superação das contradições, desigualdades e injustiças sociais. A perspectiva de problematização da realidade concreta, como metodologia de introdução e experimentação do conhecimento, favorece o processo de desenvolvimento cognoscitivo do educando, levando-o a articular suas elaborações nos níveis mais complexos de tomada de decisão e avaliação crítica do conteúdo-realidade social.

Coletivamente foi adotada uma unidade metodológica relacionada com a problematização do mundo, ou seja, da realidade social vivenciada nos núcleos do Segundo Tempo. Para o Coletivo de Autores (1992), a metodologia de ensino ocorre mediante um movimento no qual ocorre uma relação de troca, um diálogo entre o conhecimento dos participantes. Possibilita uma reflexão pedagógica mediada pelo conhecimento científico de cada curso ou área e o saber que os alunos trazem do seu

cotidiano. Mediante a problematização em aulas, oficinas e festivais, buscou-se princípios orientadores da unidade metodológica, tais como:

- A contextualização da prática pedagógica explicitando sistematicamente o objetivo e o conteúdo vivenciados;
- O confronto dos saberes entre educadores e aprendizes mediante o resgate do saber dos alunos sobre o conteúdo e a explicação dos educadores sobre o conteúdo específico das áreas de conhecimento;
- A reorganização do conhecimento oriunda do ensino do conteúdo da aula e da participação do aluno mediante a verbalização e / ou praticando novas possibilidades de execução do conteúdo, recriando-o a partir do trabalho realizado coletivamente;
- A síntese avaliativa mediante a observação das aprendizagens dos alunos durante as aulas e questionamentos levando os aprendizes a relacionar o que aprenderam com outras práticas, visando formar uma atitude reflexiva sobre a prática.

Ao trabalhar estabelecendo nexos e relações com o esporte educacional, buscou-se levar os alunos a aprenderem a se relacionar melhor com seus professores, colegas e familiares, melhorando seu estilo de vida e, desta forma, estão se tornando sujeitos mais conscientes, compartilhando momentos de aprendizagem, respeito e companheirismo.

O PST buscou ampliar as possibilidades de organização do trabalho pedagógico refletindo acerca do tempo e do espaço destinados à formação humana. Para tanto, os princípios pedagógicos para o trato com o conhecimento incluíram a seleção de conteúdos a partir da relevância social, da contemporaneidade, da adequação às possibilidades sócio-cognoscitivas do educando mediadas pelo confronto dos saberes e a simultaneidade de conhecimentos enquanto contribuição das diferentes áreas acadêmico-científicas. Esses princípios pedagógicos foram e estão sendo trabalhados em articulação com os princípios pertinentes ao Esporte Educacional.

3. APONTANDO LIMITES E POSSIBILIDADES

No âmbito das ações desenvolvidas, dentre os aspectos positivos identificados com a implementação do Programa Segundo Tempo, destacam-se:

- A experiência interdisciplinar e interinstitucional enquanto facetas inovadoras do PST no Agreste de Pernambuco, com destaque para a assunção dos princípios da ludicidade e da interdisciplinaridade no processo educacional em construção;
- A materialização do referido Programa articulou e vem fortalecendo a comunicação entre as comunidades da Escola Básica e da Universidade, possibilitando aos acadêmicos, aos coordenadores de núcleo e aos professores universitários um processo de estudos e novas experiências;
- Núcleos beneficiados com material esportivo, reforço alimentar, reforço escolar, realização de festivais e atividades regulares atendendo cada aluno em 03 dias por semana, durante dois anos.

Destacou-se, enquanto fatores limitantes do bom andamento dos trabalhos, a descontinuidade das atividades com alunos no período de renovação de convênio e a necessidade de mais material didático para atividades relacionadas à saúde e ao reforço escolar.

Identificou-se, enquanto problemas que requerem alternativas para qualificar o funcionamento do programa:

- A criação de um processo no ME que evite a descontinuidade do atendimento aos alunos do PST, antecipando o processo de renovação dos convênios que cumprem os requisitos necessários;
- A necessidade de instrumentalizar, de forma sistemática, o pessoal de cada convênio para o processo de licitação e para a elaboração do Plano de Trabalho;
- Fornecimento, por parte do ME, de material didático aos núcleos de cada convênio, tais como: livros, apostilas e vídeos voltados para estudo e orientação dos princípios e intenções do PST na comunidade escolar.

Decorrente dos dados acima explicitados, sugerimos, para aprimorar o desenvolvimento do Programa Nacional, após estudo da configuração deste tipo de convênio as seguintes estratégias:

- Renovar convênios, bem sucedidos, por tempos maiores com prestação de contas parciais ao final de cada ano ou semestralmente;
- Ofertar Curso de Especialização aos coordenadores de núcleo com encontros presenciais em seu próprio Estado, assim como incluir todos os estagiários em cursos de extensão a distância ofertados pelo ME;
- Ofertar recursos didáticos, materiais para reforço escolar e atividades relacionadas à saúde, aos convênios que incluem atividades complementares.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente texto teve por objetivo apresentar e analisar o PST no agreste pernambucano. O argumento central é que as políticas públicas se revestem de particularidades condicionadas pelos contextos locais em que as mesmas são implementadas. A implementação dessa política de oferecimento de esportes, face ao arranjo federativo do País, só poderia ser realizada pelo acolhimento e pactuação de entes federativos ou de IES como no caso analisado. Dessa forma, no agreste pernambucano, foram construídas as condições necessárias ao desenvolvimento dessa ação nas escolas públicas, no qual as IES envolvidas tornaram-se fundamentais.

Dos pontos listados acima, podemos destacar que emerge a necessidade de dar continuidade a esse processo, fazendo chegar de forma cada vez mais consolidada, ao chão do PST, uma política de esporte que desafie o conhecimento e as intervenções institucionais e dos diferentes atores sociais.

Podemos destacar, também, que a experiência acima descrita nos remete à tese inicial desse texto: as políticas públicas são suscetíveis de se adequar aos contornos de determinada realidade social. No caso do PST no agreste pernambucano, pudemos ver que o fato do convênio ter sido firmado com uma instituição de ensino superior proporcionou que este Programa se revestisse de particularidades.

Tais particularidades estão expressas em dois âmbitos: o da interdisciplinaridade e o da interinstitucionalidade. Ou seja, na medida em que foi possível agregar estagiários de outras áreas do conhecimento além das já previstas pelo ME (como estudantes dos cursos de Direito, Fisioterapia, Biomedicina, História, Letras), foi possível também a tentativa de estabelecer um diálogo interdisciplinar com as referidas áreas de conhecimento na execução das atividades no PST. As relações estabelecidas com a instituição conveniada (ASCES) e as outras convidadas (UFPE e FAFICA) para realizar as ações pedagógicas do convênio fortaleceram os vínculos interinstitucionais entre

essas instituições e agregaram valores no sentido de uma ação que permite colocar em prática a tríade do ensino superior: ensino, pesquisa e extensão na perspectiva de uma ação com responsabilidade social.

REFERÊNCIAS

ASSIS DE OLIVEIRA, Sávio. Reinventando o esporte: possibilidades da prática pedagógica. Campinas/SP: Autores Associados, 2001.

BORGES, Elisa de Campos & BUONICOLE, Augusto César. Memória do Esporte Educacional Brasileiro: breve história dos jogos universitários e escolares. São Paulo: Centro de estudos e Memórias da Juventude, 2007.

BRUHNS, Heloisa Turini. O corpo parceiro e o corpo adversário. Campinas: Papyrus, 1993.

COLETIVO DE AUTORES. Metodologia do Ensino de Educação Física. São Paulo: Cortez, 1992.

FALCÃO, José Luiz. Ludicidade, jogo, trabalho e formação humana: elementos para a formação das bases teóricas da “Ludocapoeira”. In: PORTO, Bernadete (org). Ludicidade: O que é mesmo isso? Salvador: UFBA, Gepel, 2002.

FAZENDA, Ivani. A aquisição de uma formação interdisciplinar de professores. IN: _____ (org.). Didática e interdisciplinaridade. Campinas/SP: Papyrus, 1998.

FERREIRA, Rosilda. Ampliando Horizontes: uma proposta para a escola de tempo integral. Recife, UFPE/Unicef, 2004.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GAMBOA, Sílvio Sanchez. Dialética. In GONZÁLES e FENSTERSEIFER. Dicionário crítico de Educação Física, Ijuí: Ed. Unijuí, 2005.

HOFLING, Eloísa de Matos. Estado e as Políticas (Públicas) Sociais. Cadernos Cedes. Ano XXI, nº 55, novembro/2001.

HUIZINGA, Johan. Homo Ludens. O jogo como elemento da cultura. São Paulo: Perspectiva, 1980.

KUNZ, Elenor. Transformação didático-pedagógica do esporte. Ijuí: UNIJUÍ, 1994.

MARCELLINO, Nelson Carvalho. Pedagogia da Animação. Campinas: Papyrus, 1997.

MINISTÉRIO DO ESPORTE. Projeto Básico do convênio de cooperação de nº 135 que, entre si, celebram o Ministério do Esporte e a Associação Caruaruense de Ensino Superior, Caruaru / PE, 2005.

MINISTÉRIO DO ESPORTE. Projeto Básico do convênio de cooperação de nº 390 que, entre si, celebram o Ministério do Esporte e a Associação Caruaruense de Ensino Superior, Caruaru / PE, 2006.

SANTOS, Boaventura de Souza. A universidade no século XXI. São Paulo: Cortez, 2004.

Ana Lúcia Felix dos Santos – analufelix@gmail.com

Ana Rita Lorenzini – arita@globo.com.br

Rua Francisco Vita, 372 – Cordeiro - Recife – PE – 50630190 – (81) 34464602

Equipamento para apresentação: Data show.